

ONTOLOGIA DO SER SOCIAL E ESPAÇO GEOGRÁFICO: REFLEXÕES A PARTIR DA ONTOLOGIA LUKACSIANA

(Teoría, historia y metodología de la Geografía)

Gilberto Oliveira Jr.
Universidade Federal do Acre, Brasil
oliveirajr@gmx.com

Dentre as propostas recentemente publicadas acerca da temática da ontologia do espaço, a necessidade de retomar e refazer o esforço principiado por Silva (1988) de construção de um trajeto entre filosofia e geografia por meio da ontologia é expressa nas reflexões de Moreira (2004, 2011, 2012) e Martins, E. (2014), que assumiremos como ponto de partida para o aprofundamento e recorte do tema.

A apropriação é ensejada pelo movimento reflexivo que consideramos fundamental em Moreira (2011, 2012), que consiste em sobrepensar acerca da pertinência do debate que problematize a dualidade ou a dicotomia entre espaço e homem concebida na modernidade, concepção fundada, embora não exclusivamente, nas perspectivas desenvolvidas por Descartes e Newton.

Em Moreira (2011, 2012), constata-se, de acordo com o autor, que a dicotomia entre homem espaço se assinalaria a partir da geometrização do mundo, na qual não se considera que o corpo é espacial, mas que estritamente está no espaço, o que implica a concepção de uma recíproca externalidade entre homem e espaço, sendo esse reduzido à localização dos entes físicos. Os entes físicos possuiriam um movimento mecânico constatado pela consciência (*res cogitans*) com auxílio da geometrização espacial (*res extensa*), na qual os corpos e os movimentos unicamente estão localizados e podem ser objeto da apreensão e do conhecimento pela consciência.

Há a separação, dessa forma, entre a: “*res extensa*, o espaço objetivo, puro e externo, e a *res cogitans*, o homem-subjetivo, homem-sujeito pensante, que se debruça e se indaga sobre si mesmo (penso, logo existo; existo porque penso) por meio dos objetos do espaço sobre o mundo externo-extenso que o circunda” (MOREIRA, 2012, p. 77).

A modernidade revela, a partir das implicações que instauram e decorrem dessa dicotomia, que o interesse em pensar o mundo parte de uma abstração espacial e recai nos entes físicos e nas possibilidades de manipulação dos mesmos pelo conhecimento científico e pela incorporação dos resultados advindos do conhecimento científico à reprodução e realização da economia capitalista.

Por conseguinte, o conhecimento, a consciência, o sujeito e, da mesma forma, os objetos a serem conhecidos, não são espaciais, meramente estão no espaço, por meio do qual podem ser observados e descritos pelo sujeito a partir dos atributos espaciais considerados externos, não integrantes à existência dos objetos. Esses atributos seriam os adequados estritamente à análise geométrica, portanto, a localização, a extensão e a distância. Dessa forma, reputa-se que:

todos os entes corpóreos, humanos e não humanos estão no espaço. Não são espaço. O espaço se torna uma externalidade radical. [...] O espaço é um já dado, um estar aí onde as coisas vão se alojar. O mundo é um grande modelo geométrico, a extensão. [...] O mundo não é espacial, está no espaço. O real é desespacial (MOREIRA, 2011, p. 138).

Como o espaço estritamente localiza os entes físicos, não constitui a existência dos mesmos.

Nesta direção, o autor argumenta que essa concepção de espaço alheio à existência engendra o homem alienado do espaço e, por conseguinte, da constituição espacial da sua existência. “Pode-se estar sem ser. Pode-se ser sem estar. [...] Um estar e ser que [...] ontologicamente se desencontram” (MOREIRA, 2012, p. 78-79).

O homem alienado do espaço se aliena de si mesmo, alienações que são ao mesmo tempo resultado e condição para a padronização do espaço e do tempo na sincronização dos lugares à reprodução capitalista. Por conseguinte, a naturalização do capitalismo como universalidade existente pela sua empirização universal no espaço (igualmente universal), sendo essa universal existência do capitalismo mediada pela abstração da técnica moderna que, por seu turno, é resultado da investigação do sujeito que possui enquanto objetivo a manipulação do objeto. Resultado, em resumo, do conhecimento científico moderno.

O autor afirma que isso implica o que denomina de “mal-estar espacial no fim do século XX”, e a empreitada de problematizar a questão aponta para a necessidade da relação entre ciência e filosofia, entre epistemologia e ontologia, para que se realize, no plano da epistemologia:

a tarefa de superar a dicotomia sujeito-objeto e no plano ontológico, a da dicotomia essência-existência [como condição para pensar] a explicação do modo de estar espacial se explicitando através do clareamento do modo de ser do homem. O homem como ser espacial, por nele estar. O espaço como modo de estar, por o homem nele ser. O espaço se revela como uma condição espacial da existência do homem (MOREIRA, 2012, p. 63).

Objetivando edificar uma proposta que permita romper a dualidade entre homem e espaço, as contribuições de Moreira (2004) são relevantes ao sistematizar o que o autor identifica como diálogo das ontologias entre marxismo e geografia apontando o conceito de “geograficidade” como fundamental à problematização ontológica na geografia. A geograficidade é, para o autor, a condição espacial da existência do homem em qualquer sociedade, ou a existência (do ser social) em sua expressão espacial. É, de forma resumida, “o ponto ôntico-ontológico de tradução do metabolismo homem-meio no metabolismo homem-espaço” (MOREIRA, 2004, p. 33).

Essa tradução seria constituída pelo intercâmbio metabólico entre homem e natureza mediatizado pelo trabalho, que expressaria, por meio do metabolismo homem-espaço, condições espaciais de existência das sociedades. Dessa forma, conclui que a geograficidade “é o modo de expressão dessa essência metabólica — a hominização do homem pelo homem através do trabalho — em formas espaciais concretas de existência, [...] é a forma como a hominização enquanto essência do metabolismo exprime-se sua existência na forma do espaço” (MOREIRA, 2004, p. 34).

Martins, E. (2014) problematiza questões que evidenciam certa proximidade com as trabalhadas por Moreira (2012). O autor, a partir de análise e diálogo com as reflexões de Armando Corrêa da Silva (SILVA, 1986b), retoma o debate acerca do “impasse aristotélico-kantiano”, que integra a geografia desde as suas origens, e a necessária relação entre esse debate e a superação da entificação do ser visceralmente imbricada no supracitado impasse.

Posteriormente, o autor igualmente retoma o debate acerca da relação entre filosofia e ciência ao desenvolver reflexão substanciada na questão apontada por Silva (1986a): “são as categorias entes lógicos ou ontológicos?”. Ademais, a partir das reflexões desenvolvidas no diálogo com Silva (1986a, 1986b), elabora proposta de enfrentamento ao debate da ontologia do espaço.

O “impasse aristotélico-kantiano” em Silva (1986), de acordo com Martins, E. (2014)¹, substancia-se na atribuição de necessária distinção entre as manifestações empíricas (objetos) e as

propriedades existenciais dos objetos (espaço, tempo e movimento). Nesta direção, as categorias espaciais enquanto propriedades existenciais das manifestações empíricas, embora não independentes dessas manifestações, não podem ser confundidas com as mesmas. As manifestações empíricas, por seu turno, apenas são objetos quando há um sujeito e na relação com o sujeito. Na ausência do sujeito e, portanto, da relação com o sujeito, o objeto inexistente.

Objetividade e subjetividade afirmam-se a si mesmas mutuamente, uma mediante da outra. Mas repita-se: espaço, tempo e movimento são as manifestações do existir dos entes em geral. E, na sua existência, os entes em geral se postam a consciência como objetos, momento pelo qual será firmado seu ser mediante esta existência, e será este existir que fundará o ser dos entes em geral (MARTINS, E., 2014, p. 42).

O ser dos entes em geral, nesses termos, é a existência dos entes na qualidade de objetos, necessariamente, portanto, na relação com a consciência do sujeito, sendo a consciência o fundamento da existência dos entes e a essência dos mesmos. Martins, E. (2014) considera, à vista disso, que há dois momentos, o existir dos entes, por meio das suas propriedades existenciais, e a essência dos entes, o ser dos entes.

Essa fenda ineliminável possui, para o autor, três aspectos:

- a) não confundir os entes em geral com o espaço (ou mesmo com o tempo, ou o movimento); b) não dar autonomia ao espaço diante da necessidade de compreendê-lo, pois espaço, assim como o tempo, são relativos ao movimento, e o movimento é relativo aos entes em geral; c) sendo espaço e tempo categorias relativas ao movimento dos entes, o movimento representa a dimensão do existir dos entes, ou seja, espaço e tempo são as formas do existir. E, como dito, reitera-se que existir não se confunde com o ser dos entes, ainda que em estreita e fundamental relação (MARTINS, E. (2014, p. 43).

Prosseguindo, o autor enfatiza que o movimento, enquanto propriedade existencial articulado ao espaço e ao tempo, quando submetido à geometrização cartesiana, apresenta a consequente limitação da apreensão geométrica do movimento à quantificação do deslocamento no espaço e no tempo.

A supracitada limitação, provinda da geometrização, se consuma fundamentalmente ao demarcar a impossibilidade de apreensão do “movimento qualitativo, [...] substantivo ao ser dos entes, ou melhor, essencial a estes. [Pois] não é possível se observar o existir dos entes no sentido daquilo que é determinante do ser. [Isso implica indagar] sobre a entidade do ente, supondo estar identificando o ser deste ente” (MARTINS, E., 2014, p. 44), o que resulta em entificação do ser. Esta, aqui, contudo, sem identidade com a crítica elaborada por Reis (2009, 2012, 2013)2.

Ao tratar da indagação acerca de serem as categorias enquanto entes lógicos ou ontológicos, o autor afirma que Silva (1986a) realiza um movimento ontogenético que identifica “a gênese das categorias partindo do ato primeiro da condição do homem frente a natureza [quando, para o homem] o ato de produzir sua sobrevivência é o mesmo que produz sua humanidade, e neste momento funda a existência” (MARTINS, E., 2014, p. 45).

A diferença entre ser e ente, para o autor, se constitui na relação entre o homem enquanto sujeito e os entes enquanto objetos. Na relação a constituição do sujeito se realiza na apropriação subjetiva do objeto, que, indissociavelmente, autodesigna o homem (sujeito) e o ser do ente (objeto). Ao acentuar a relação, Martins, E. (2014) aponta a possibilidade da centralidade do trabalho no debate ontológico.

O acento na relação, igualmente, encaminha a posição do autor para responder a indagação acerca das categorias serem entes lógicos ou ontológicos, na medida em que a concepção ontogenética das categorias expressam que a gênese dessas é, simultaneamente, lógica e ontológica, expressão da simultaneidade gênese do sujeito e do objeto na relação. Dessa forma, “não se defende a primazia de nenhum dos lados, tanto do sujeito quanto do objeto, e sim sua relação de simultaneidade” (MARTINS, E., 2014, grifo no original).

Nesta direção, o autor considera que a relevância do espaço e da geografia no debate ontológico que acentua a relação entre sujeito e objeto reside no enfatizar que:

o ser está, e somente é o que é por estar onde está, por ser o “estar” construção sua enquanto dimensão do seu existir. Veja-se aqui o quanto o existir do homem numa geografia representa um pensamento geográfico. A humanidade do homem se realiza em uma geografia determinada, significando uma interdependência irremovível (MARTINS, E., 2014, p. 47, grifo no original).

A partir das considerações acerca dos argumentos do autor, depreendemos que na relação fundante do ser entre sujeito e objeto reside um conjunto complexo de simultaneidades indissociáveis, fundadas na indissociabilidade primeira entre sujeito e objeto. Dessa, descendem a simultaneidade entre lógica e ontologia, consciência e existência, ser e estar, dentre outras.

À vista disso, depreendemos que o ser do homem não dissociado do estar expressa a existência do homem em uma geografia, e a indissociabilidade entre a consciência e a existência expressam, por conseguinte, que a existência do homem em uma geografia é simultânea à consciência dessa, o que representa a necessidade de um pensamento (consciência) geográfico simultâneo a uma existência geográfica.

A apreensão da indubitável relevância da relação no interior da proposta de Martins, E. (2014) para a reflexão ontológica é, certamente, uma contribuição valiosa. A exposição do presente texto, sobretudo no Capítulo 2, evidenciará que a nossa proposta incorpora a relação enquanto fundante da essência e da existência.

No entanto, tornará evidente, igualmente, que a incorporação se realiza em termos precipuamente distintos, sobretudo no que tange à simultaneidade entre sujeito e objeto no sentido de simultaneidade entre consciência e existência, ou seja, na desconsideração da primazia da existência³.

Dessa forma, depreendemos que na proposta desenvolvida por Martins, E. (2014), há uma relação de identidade entre sociedade e ser — ao mesmo tempo em que o autor enfatiza a pertinência da diferença ontológica da ontologia heideggeriana (HEIDEGGER, 2002a, 2002b) —, na medida em que a essência dos objetos se constitui na simultânea relação que constitui o sujeito.

Sem pretensão de ignorar ou desconsiderar a importância das demais contribuições⁴ desenvolvidas na reflexão de Martins, E. (2014), nos deteremos, para além do exposto, em duas questões prementes ao diálogo e debates no interior da nossa proposta. Fundamentalmente as que aprofundam o ponderoso significado da relação.

O autor fundamenta o argumento da essência do ente no fora-de-si, na relação com-o-outro, na reflexão dos Manuscritos Econômicos-Filosóficos de 1844 de Marx (2004), quando Marx, ao expor em breve quantitativo de parágrafos questões acerca do ser, enfatiza, dentre outros aspectos, que um ser deve possuir necessariamente a sua natureza fora de si. “O 'fora de si' é 'para o outro'. Eis a relação” (MARTINS, E., 2014, p. 49, grifos no original)⁵.

É importante salientar porque esse argumento e o seu fundamento integram o ponto de partida da nossa proposta. Considerando a crítica da entificação social do ser, o argumento remete a

que, se a essência reside na relação — na medida em que o ser possui sua natureza fora de si — e não no ente, há, em Marx (2004), potencial para a reflexão acerca da diferença ontológica entre ser e ente, ou seja, para a crítica da crítica da entificação social do ser.

Outra questão desenvolvida pelo autor, e que retomaremos posteriormente, trata da historicidade da essência na sociedade, enfatizando que a relação entre sujeito e objeto enquanto essência dos entes expressa a impossibilidade de uma essência fixa e imutável. Acerca dessa questão, Martins, E. (2014, p. 50), afirma possuir posição “radicalmente histórica e geográfica, na medida em que reconhecemos que os entes são o que são em razão de onde estão e em que momento estão, no curso da existência do homem. E é nesses termos que o contexto persegue a finitude do relativo, fugindo do infinito transcendental e absoluto”.

É pertinente também considerar a posição de Harvey (1980, p. 256) que, ao tratar da perspectiva marxista da ontologia e da epistemologia, aponta que:

na obra de Marx a ontologia e a epistemologia estão relacionadas. O conhecimento é visto como uma parte da experiência humana e como decorrendo da prática humana [...]. A consciência e o conhecimento são produtos de uma situação social. Mas, obter conhecimento é atividade produtiva; é por isso visto como parte daquele processo mais geral pelo qual a sociedade é transformada.

Para o autor, no pensamento marxista o processo de conhecimento deve ser compreendido a partir da ontologia, considerando que conceitos e categorias não possuem existência independente, apartada da realidade e, conseqüentemente, estritamente ideal. Em outros termos, não são abstrações universais concebidas intelectivamente mas determinações da existência, do que existe. Determinações que, por seu turno, são fundadas (e fundadoras) em uma determinada situação histórica.

A pertinência da relação é explicitada, pois ao compreender a sociedade enquanto uma totalidade, a partir de Marx, Harvey (1980) enfatiza que cada parte necessariamente se encontra em relação com a base econômica da sociedade. O autor afirma, ainda, que a transformação da totalidade, para Marx, reside nas contradições que se encontram dentro e entre as partes, ou seja, nas relações entre as partes.

Partindo dessas contribuições, nossas intenções se consolidam nas possibilidades de relações entre as reflexões epistemológicas da ciência geográfica e as problemáticas ontológicas, ambas substanciadas por constructos do pensamento marxista. Dessa relação pretendemos construir caminhos para uma crítica epistemológica fundamentada em argumentos ontológicos, elencando o espaço enquanto categoria de mediação entre epistemologia da geografia e ontologia, o que pretendemos que resulte na “substância” para a proposição de uma teoria espacial.

No âmbito da ontologia, ressalta-se, nossas intenções escapam à retomada dos candentes e profícuos debates construídos na história da filosofia, na medida em que nossas apropriações são orientadas por pressupostos constituídos na concepção ontológica marxista. Esses pressupostos se situam no movimento de recorte do tema no qual as nossas intenções e preocupações emergem com maior clareza.

No intento da construção do recorte, partimos da afirmação de Moreira (2000), ao esclarecer que, embora as reflexões de âmbito ontológico tenham se estabelecido no movimento de renovação crítica da geografia com fundamentos do pensamento marxista e possuindo a categoria “trabalho” como primordial, a produção social do espaço “nunca aparece [...] como um processo da

hominização do próprio homem” (MOREIRA, 2000, p. 39). Isso significa a inexistência dessa reflexão mesmo quando a produção social se apresentou em relação de identidade com a produção do espaço, sintetizada na máxima “produzir é produzir espaço”.

Retomando a noção de geograficidade de Moreira (2004) — o que não implica incorporar a mesma à elaboração da nossa concepção — a partir da constatação da ausência do espaço no debate do processo de hominização do homem, podemos estabelecer um caminho profícuo para uma reflexão geográfica.

O caminho previamente apontado por essa reflexão põe como tarefa investigar: em que termos a existência do ser social em sua expressão espacial se conforma enquanto movimento de realização da humanização do ser, em que termos a humanização se realiza no processo de produção da expressão espacial do ser social, em que termos a humanização enquanto expressão de uma nova esfera de ser permite constituir problematização e apreensão em relação com o processo de produção social do espaço, o que aponta para pensar o espaço, portanto, enquanto expressão das formas de ser e determinações da existência do ser social.

Esse caminho de reflexão é o movimento de recorte que objetivamos realizar na temática da ontologia do espaço, ao procurar relacionar a produção do espaço pelos homens com a sua existência, o que eles são, o que nos remete à compreensão de Marx; Engels (2001, p. 11, grifos no original), quando os autores afirmam que:

a maneira como os indivíduos manifestam sua vida reflete exatamente o que eles são. O que eles são coincide, pois, com sua produção, isto é, tanto com o que eles produzem quanto com a maneira como produzem. O que os indivíduos são depende, portanto, das condições materiais da sua produção.

Nesse movimento de recorte construído, delimitaremos as perguntas de partida da pesquisa. Para tanto, precede, porém, esclarecimentos iniciais acerca do aporte filosófico e teórico enquanto pressuposto para a construção dos movimentos de aproximação, recorte e análise do objeto, a categoria espaço.

Nesta direção, o esforço reflexivo proposto será substanciado nas (in)consistências e (in)coerências de uma teoria espacial assentada na integração da categoria espaço ao arsenal categorial e argumentos da ontologia do ser social (LUKÁCS, 1976-1981, 2010, 2012, 2013) proposta pelo filósofo húngaro György Lukács (1885-1971).

A ontologia lukacsiana é a última grande obra do autor, com publicação póstuma, tendo como principal mérito ser a primeira a destacar o caráter ontológico do pensamento de Marx, contribuindo decisivamente para o debate ontológico para além das concepções e argumentos idealistas e metafísicos. Desse modo, a ontologia lukacsiana é uma obra que destoa das reflexões marxistas no século XX, pois que essas se encontravam centradas no debate estritamente gnosiológico (LESSA, 2002; PAULO NETTO, 1978, 1983; TERTULIAN, 1996; VAISMAN, 2007).

Vaisman (2007) aponta que o século XX enfrentou o pensamento de Marx a partir do padrão gnosiológico, supondo que o mesmo era compatível com tal abordagem com base nos pressupostos de cientificidade correntes, no qual a cientificidade repousa e tem que repousar sobre algum tipo de fundamentação gnosiológica (teoria do conhecimento, lógica ou epistemologia).

No pensamento de Lukács há uma considerável divergência acerca da sua posição filosófica,

o que implica dificuldades de estabelecer o cerne teórico de Lukács de acordo com as polêmicas em torno das continuidades e descontinuidades de seu pensamento. Há, nesta direção, inclusive, a tese de que o verdadeiro Lukács é o das obras da sua juventude e que a fase de maturidade da sua obra, a fase rigorosamente marxista, constituiria uma involução no seu pensamento.

Acerca desse candente debate, Vaisman (2007) considera que há uma profunda autocrítica em Lukács, pois o mesmo possuía uma produção intelectual expressiva e difundida, sendo suficiente para a obra de qualquer autor, mas Lukács se desfaz dessas obras ao iniciar um percurso intelectual fundado em bases irreconciliáveis com sua produção pretérita, o que significa, de algum modo, uma crítica às obras precedentes produzidas pelo próprio autor, em resumo, uma autocrítica.

Procurando nos textos de especialistas acerca da biografia de Lukács, Vaisman (2007) indaga sobre o ponto em que há em Lukács a adesão ao marxismo, sendo considerado com certo consenso a década de 1930. Nesse momento, no entanto, não há presença de um projeto ontológico. A autora procura estabelecer o elemento de ligação entre a Estética lukacsiana com a sua obra derradeira, a Ontologia, considerando que Lukács nutria desconfiança pelo próprio termo, essencialmente pela conotação que o mesmo possuía na obra de Heidegger (2002a, 2002b), e sua impressão muda com o acesso a outras ontologias, sobretudo a de Hartmann (1954-1960).

Refletindo acerca da supracitada mudança, Paulo Netto (1979, p. 70-71, grifos no original) afirma que em Lukács a concepção de ontologia expressava “não um saber com conotações ou matrizes meta-históricas, mas a própria efetividade do modo de ser, produzir e reproduzir-se da realidade. Mais exactamente: a ontologia é a modalidade real e concreta da existência do ser, a sua estrutura e movimento”.

A partir dessa concepção, a Ontologia do Ser social, última obra do autor, de acordo com Vaisman (2007, p. 254), possui ainda maior especificidade no pensamento marxista pois é a obra que, a partir desse pensamento, “recoloca o problema filosófico essencial do ser e do destino do homem e sua autoconstituição contraditória”, constituindo um movimento reflexivo com elementos que corroboram com nossas preocupações e perspectivas.

Considerando a especificidade do pensamento de Lukács, Tertulian (2009) aponta que o objetivo do autor:

era demonstrar como a diferenciação progressiva da vida social em uma multiplicidade de complexos heterogêneos se enraíza [na] atividade originária que é o trabalho, [constituindo] uma interpretação genético-ontológica do ser [na qual] cada categoria é vista em seu surgimento histórico e na sua função específica na economia do ser.

De acordo com Tertulian (2009), as duas obras sínteses do pensamento de Lukács, a Estética e a Ontologia do ser social, apresentam um tratamento metodológico que aponta para caminhos fecundos às reflexões de problemas relevantes à filosofia. A singularidade metodológica reside no caráter ontológico que Lukács confere ao evidenciar na gênese do ser social as categorias que fundam descontinuidades qualitativas em relação às esferas de ser da natureza inorgânica e orgânica.

De posse dessas categorias fundantes, Lukács procura estabelecer a complexificação e desenvolvimento do ser social a partir da emergência de categorias puramente sociais que revelam o movimento de complexificação do ser social, “indicando as transições e mediações, até circunscrever a especificidade de cada uma em função do papel que desempenham na fenomenologia da vida social” (TERTULIAN, 2009, p. 376). Nesta direção, seu método singular é constantemente denominado de “ontológico-genético”.

Outra questão de profunda relevância é que na ontologia Lukács procura demonstrar como as rupturas que implicam o salto das novas esferas de ser expressam além dessas continuidades, igualmente continuidades, que corroboram com a concepção de que a unidade geral do ser não suprime a heterogeneidade das esferas de ser no interior dessa unidade.

A obra é construída integrando todas as categorias sociais e os seus processos de complexificação sobre o par categorial teleologia-causalidade, que funda uma nova objetividade e revela o papel genético do trabalho na sua prioridade ontológica na constituição do ser social. O par categorial teleologia-causalidade também permite um repensar a relação entre sujeito e objeto de forma unitária, em que pese as especificidades, revelando que o desenvolvimento do ser passa pelo desenvolvimento de suas capacidades subjetivas e objetivas. Ou seja, as objetivações mais complexas se realizam tendo por fundamento a relação sujeito-objeto constituída no trabalho.

Nesse movimento ontológico-genético de complexificação das objetivações mediadas pelo desenvolvimento de categorias puramente sociais, Lukács evidencia como o movimento da totalidade social não é redutível à categoria fundante (ao trabalho) e, ao mesmo tempo, demonstra como as categorias do pensamento de Marx encontram-se ontologicamente fundadas e expressam formas de ser e determinações da existência do movimento de desenvolvimento do ser social.

Nesse movimento, Lukács também recupera a *dýnamis* aristotélica, integrando a concepção de potência e ato ao par teleologia-causalidade, o que evidencia o desenvolvimento histórico do ser social fundamentado na dinâmica da relação sujeito-objeto, expressando, por conseguinte, o peso ineliminável das decisões alternativas dos homens na história da sociedade. Nesta direção, a ontologia lukacsiana recoloca os homens como demiurgos da sua história e da essência do seu ser com seu caráter irrevogável de historicidade.

Lessa (1996) discorre acerca da relação entre ser e essência na história da filosofia, conferindo maior atenção às concepções instauradas a partir da modernidade. Com base na análise dessas concepções, o autor aponta que, em que pese as diferentes formas de concepção da natureza humana e como essa natureza condiciona a vida social, esta natureza é tomada como um “dado” natural e não como um produto dos atos humanos. Não sendo fundada por atos humanos, não é possível a sua modificação pelos referidos atos, uma vez que essa natureza é dada de uma vez para sempre, portanto, possuindo forte caráter a-histórico que podem ser conformadas pela história humana, uma vez que nela residem as determinações essenciais do ser humano, a própria essência do ser.

A partir dessa análise de identidade nos argumentos de diferentes autores, o Lessa (1996) apresenta na ontologia lukacsiana uma inovação explicitada na articulação entre ontologia e historicidade, construída na releitura das determinações estabelecidas entre essência e fenômeno na constituição e desenvolvimento do ser social.

De acordo com o autor, na ontologia lukacsiana é possível observar que a essência e fenômeno possuem a mesma realidade, de forma que ao lado das determinações da essência sobre os fenômenos — apontadas nos debates tradicionais — há uma outra dos fenômenos sobre o desenvolvimento das determinações essenciais, de modo que no ser social o mundo dos fenômenos não pode ser considerado um simples produto passivo do desenvolvimento da essência. Nesta direção, na relação essência-fenômeno há um influxo sobre o progresso objetivamente necessário da essência.

Esse influxo possui dois fundamentos na ontologia lukacsiana:

(1) o primeiro é que o fenômeno é a base real das posições teleológicas e, portanto, a

evolução do mundo imediato exerce uma ação efetiva sobre as objetivações futuras;

(2) o segundo é o fato de o real ser a síntese do essencial e do fenomênico e, ao agir sobre um, os atos humanos impulsionam o desenvolvimento também do outro.

Para Lukács a essência é a base do ser social, mas base enquanto possibilidade objetiva que, se enquanto possibilidades não forem realizadas e atualizadas, não haveria processo histórico. Assim, a essência tem que transpassar em fenômeno e as possibilidades devem se particularizar, sendo algumas delas concretizadas e outras negadas pelas alternativas transformadas em atos pelas posições teleológicas objetivadas na imediatez do mundo dos homens.

A partir dessas questões, Lessa (1996) aponta que o que distingue a essência do fenômeno em Lukács não é a ausência de historicidade da essência, mas o fato de as determinações essenciais serem os traços de continuidade que compõem a unitariedade do processo social, sendo fenomênicos os traços responsáveis pela diferenciação que faz de cada momento no interior do processo um momento único. Dessa forma, as mediações que promovem esta particularização substanciam a esfera fenomênica, e essas mediações, por seu turno, são atualização das potencialidades inscritas no campo de possibilidades que substancia a essência.

Todas as reflexões da ontologia lukacsiana acerca da esfera de ser do ser social são fundamentadas na atividade fundante, na categoria que expressa a distinção qualitativa. Isso posto, o intercâmbio da sociedade com a natureza é reafirmado como uma dinâmica insuprimível da realidade social mas que, contudo, os constrangimentos e limitações que a natureza impõe, inclusive os que residem na reprodução biológica dos indivíduos componentes da sociedade, são mediadas por categorias e objetividades sociais mais complexas. Isso expõe que a complexificação do ser social é igualmente um recuo das barreiras naturais, realizado na relação entre ser social e natureza.

Natureza e sociedade, sujeito e objeto, essência e fenômeno, ser e ente, são retrabalhados por Lukács não estritamente para explicitar as diferenças mas, tal-qualmente, para evidenciar como essas diferenças constituem ontologicamente uma unidade no real, no ser-precisamente-assim-existente. Sendo a realidade a unidade da diversidade, as categorias enquanto formas de ser e determinações da existência necessariamente devem expressar no âmbito da reprodução ideal as formas efetivamente-existent das categorias.

Em vista do por ora exposto, consideramos relevante a aproximação entre ontologia e epistemologia da Geografia. Nesta aproximação, conduziremos a relação fundamentando nossas reflexões entre a ontologia lukacsiana e a geografia. Precipualemente partindo das indagações suscitadas pelas contribuições de Harvey (1980), Martins, E. (2014) e Moreira (2000, 2004, 2011, 2012), o esforço reflexivo se realizará por meio de interpretação ontológico-genética da categoria espaço, investigando sua relevância e constituição na atividade fundante do ser social, o trabalho, e no processo de desenvolvimento e complexificação do ser social.

A compreensão do trabalho na gênese do ser social não pode, no entanto, ser considerada evidente. Faz-se necessário que a exposição do texto realize a incumbência de clarificar, de elucidar a gênese do ser social. Posteriormente, é mister à investigação partir do trabalho e da gênese para analisar, para fundamentar ontologicamente uma teoria espacial, como no decorrer do processo de desenvolvimento da história humana o espaço expressa as determinações do ser social e, ao mesmo tempo, impõe determinações à existência e ao desenvolvimento do ser social.

A proposta, nesta direção, implica objetar e ponderar acerca da dicotomia entre homem e espaço evidenciada por Moreira (2011, 2012) e Martins, E. (2014), e a dicotomia que é velada e desvelada na noção de “diferença ontológica” (HEIDEGGER, 2002a, 2002b) e constitui o

fundamento da crítica da entificação social do ser, trabalhada na geografia por Reis (2009, 2012, 2013).

O desenvolvimento de reflexões acerca da história, categorias e conceitos de uma ciência se insere no escopo das preocupações epistemológicas. Dentre essas, consideramos relevante a análise das mais diversas perspectivas teóricas e fundamentos conceituais consolidados em determinada ciência ou a pertinência das relações existentes e/ou potenciais de determinada ciência com outras áreas do conhecimento científico ou, ainda, outras formas de conhecimento, a exemplo da filosofia.

Nesta direção, a investigação de natureza epistemológica justifica-se pela necessidade de análise da validade e capacidade de explicação das teorias e conceitos, sobretudo em relação às apropriações mediadas por esses dos processos que se realizam e se reproduzem na realidade. É relevante, do mesmo modo, para apontar potencialidades por ora inexploradas, de acordo com avaliação da produção intelectual existente acerca de determinado tema.

Em investigações com esse escopo é igualmente relevante a reflexão pautada na trajetória dos debates acerca de uma determinada temática e das divergências e complementariedades das perspectivas que contribuirão/contribuem para o aprofundamento do conhecimento acerca do tema, em outros termos, possui um caráter eminentemente historiográfico.

Na proposta ora apresentada, para além dos movimentos supracitados, a investigação justifica-se por delimitar, na produção intelectual sobre a temática da ontologia na geografia, horizontes para a investigação de novos contributos, com objetivo de proporcionar singelos aprofundamentos em determinado recorte do tema, substanciados por uma perspectiva filosófica específica.

À vista disso, a partir do recorte realizado, consideramos, como uma das justificativas acadêmicas da presente pesquisa, que a obra “Ontologia do Ser Social” de György Lukács não possui reflexão sistematizada entre os geógrafos ou mesmo movimentos de apropriação para o tratamento de categorias espaciais.

A supracitada ausência não implica, conforme evidenciamos no item anterior, na omissão das reflexões da ontologia lukacsiana na geografia. No entanto, constata-se que o diálogo com a ontologia lukacsiana estritamente constitui fundamentos de maior ou menor relevância nos argumentos de número restrito de autores.

Consideramos que o diálogo por ora realizado, ademais, não empreende exclusividade com a proposta lukacsiana, na medida em que é coadunado, e em diferentes formas de articulação e composição, com ontologias desenvolvidas no âmbito de outras perspectivas filosóficas que, em questões fundamentais, podem apresentar divergências profundas e/ou irreconciliáveis.

Nesta direção, depreendemos que, nessas propostas, o enfrentamento do tema se fundamenta em certa unidade de diversidades de perspectivas filosóficas, o que é distinto da proposta de enfrentamento do tema ora apresentada, pois centrada na ontologia lukacsiana enquanto uma perspectiva específica, para o confronto com as possíveis potencialidades e limites ao debate da ontologia do espaço.

Não pretendemos, com isso, de modo algum sugerir qualquer superioridade valorativa ao enfrentamento do tema fundamentado na ontologia lukacsiana enquanto perspectiva específica. A pretensão reside em evidenciar que esse caminho por ora não foi trilhado por completo nas propostas realizadas e, a partir das reflexões suscitadas por esse caminho, analisar em que termos esse nos permite a apreensão de possíveis potencialidades do tema, por ora estritamente latentes.

Embora a reflexão sistematizada da ontologia lukacsiana na geografia não tenha sido

desenvolvida de forma a explorar por completo as potencialidades, nota-se, contudo, que em outros campos do conhecimento, sobretudo na filosofia, sociologia, educação e serviço social, os últimos anos apresentam uma relevante e crescente produção de teses e dissertações com reflexões centradas exclusivamente na ontologia lukacsiana. São exemplos dessas as pesquisas desenvolvidas por Costa, F. (2007), Costa, G. (1999, 2005), Fortes (2001), Lessa (1994), Lopes (2006), Sartori (2013) e Semeghini (2000).

O expressivo interesse nos debates acerca da ontologia lukacsiana demonstra a constatação crescente na academia, em diferentes áreas do conhecimento, da pertinência de debates contemporâneos no âmbito das reflexões desenvolvidas por Lukács e a atualidade da proposta empreendida pelo autor.

Reafirmamos, nesta direção, que há inexplorada potencialidade de reflexões pautadas em temáticas suscitadas nesse horizonte na Geografia, o que pretendemos, dentro dos nossos limites, suprir, inclusive para que a Geografia não se reduza à integral dependência de reflexões exógenas e/ou alheias às suas categorias, incorporadas posteriormente sem contribuir com a construção da reflexão, o que vulgarmente se considera que determinada ciência se encontra “a reboque” do debate.

Decerto, entretanto, que a produção acadêmica de geógrafos assentada em obras de autores marxistas indubitavelmente contribui para o desenvolvimento e aprofundamento analítico do tema, na medida em que o fundamental das reflexões e categorias são recorrentes aos pensadores marxistas, embora o tratamento em perspectiva ontológica possa, em certa medida, fundamentar as mesmas categorias com conceituação e relevância diferentes no desvelar o real, sobretudo pela necessidade do movimento ontológico-genético.

A investigação proposta igualmente evidencia o debate acerca da relevância de argumentos ontológicos para a reflexão e crítica epistemológica, em particular na geografia e na categoria espaço, o que aponta, do mesmo modo, para apropriações de elementos do conhecimento filosófico e as potencialidades de integração para reforçar questões atinentes aos aspectos gnosiológicos da ciência no apropriar-se da realidade.

Neste sentido, os resultados esperados podem contribuir para fomentar mediações entre filosofia e epistemologia da geografia, sugerindo profícuos esforços reflexivos pautados em (novas) categorias analíticas que permitam inferir a validade dos usos dos resultados e elementos de conclusão desenvolvidos, ou a própria validade das indagações construídas para o aprofundamento em outras perspectivas filosóficas.

Em relação à justificativa social da presente pesquisa, na medida em que consideramos que a partir da relação entre filosofia e epistemologia direciona-se para uma teoria construída a partir dos fundamentos ontológicos, essa teoria permite reconhecer e apontar para as possibilidades existentes e concretamente determinadas de transformação da realidade pela sociedade, o que evidencia o interesse e a relevância social da pesquisa.

Essas possibilidades de transformação devem ser existentes, o que expressa a necessidade do debate ontológico, ao mesmo tempo que reforça as possibilidades como possibilidades concretas, afastando, por um lado, a noção que a história deve necessariamente se encaminhar para a realização dessas necessidades. Reconhecer a existência de necessidades e possibilidades concretas, desse modo, não implica considerar a inevitabilidade da satisfação dessas necessidades⁷.

Deve-se afastar, por outro lado, as potencialidades ainda não efetivamente existentes da noção pejorativa de utopia como impossibilidade plena ou irrealizável, qualitativamente

considerada enquanto ideia ou proposição absurda na medida em que desprovida de fundamentos reais.

Dessa forma, consideramos que não há nenhuma fenda para a ideia de dualidade entre o interesse acadêmico e o interesse social da pesquisa mas, ao contrário, reafirmam a unidade na relação entre teoria e prática (práxis). Dessa forma, reconhecer que há especificidades das relevâncias acadêmica e social não equivale a considerar o trabalho acadêmico alheio às candentes questões que integram visceralmente o movimento da realidade social.

Dentre as ciências humanas e sociais, nota-se que a Geografia pode proporcionar uma apreensão diferenciada da realidade social com ênfase nas questões espaciais, pois sua análise se constrói pautada e aderindo em si elementos e processos sociais e espaciais que se conjugam indissociavelmente no movimento de (re)produção do espaço, construindo a apreensão do espaço social enquanto uma totalidade articulada de processos sociais e espaciais, na medida em que o espaço geográfico “é a síntese, sempre provisória, entre o conteúdo social e as formas espaciais” (SANTOS, 1996, p. 88).

As reflexões acerca da alienação oriunda da dicotomia entre homem e espaço em Martins, E. (2014) e Moreira (2011, 2012) evidenciam a premência da problemática hodierna da relação entre espaço e sociedade. Consideramos que a alienação igualmente evidencia a necessidade de um esforço reflexivo pautado na produção do espaço e reprodução do capital e da vida cotidiana, sobretudo — pela imediaticidade da expressão material —, embora não exclusivamente, na cidade contemporânea.

Em outros termos, a necessidade de crítica da reprodução da vida na cidade contemporânea, na medida em que a cidade se expressa enquanto base material que sintetiza o acúmulo do desenvolvimento histórico das potencialidades humanas na sua produção técnica, artística, científica, cultural, dentre outras, mas realiza em si um incontestável processo de desumanização que, por seu turno, apenas pode se realizar consubstanciado pela humanização, integrante do processo de produção social do espaço.

Nesta direção, as problemáticas espaciais hodiernas evidenciam a necessidade de reflexão que investigue em que termos, por um lado, o espaço social mais humanizado pode fomentar as possibilidades de mediar as relações sociais para realizar e reproduzir nessas as mais profundas condições de desumanização. Em que termos, por outro lado, a reprodução da vida no espaço social com as mais profundas condições de desumanização pode desvelar a potência do espaço em engendrar processos sociais movidos por exigências radicais de humanização, implicando o reconhecimento, nas condições históricas existentes, de necessidades e possibilidades de transformação da totalidade social.

Essas problemáticas apontam para o oportuno movimento de análise que considere em que termos a potencialidade humana efetivada na autoconstituição do homem pode engendrar a produção de um ente (o espaço) que estabeleça relações com a negação e/ou limitação da realização do ser (social) que se realiza ao produzi-lo, apreendendo como no processo de humanização do homem esse ente criado pode mediar o processo de desumanização e/ou desrealização da existência que o cria e se cria ao criá-lo (o ser social), nesse ente se realiza enquanto ser e se reproduz historicamente.

Para tanto, consideramos que é antecedente à reflexão acerca dessas indagações e da pertinência das mesmas, a reflexão assentada na relação entre o espaço e a gênese e o desenvolvimento e complexificação do ser social. Posteriormente a esse esforço reflexivo, se

encontrarão postos os fundamentos para o enfrentamento do debate acerca de uma forma histórica específica da categoria espaço.

Compreendemos que estudos acerca dessa temática, com os direcionamentos postos na presente proposta, abrem novas perspectivas para a reflexão do espaço geográfico, não estritamente em decorrência do trabalho intelectual mas, de igual modo, pela concretização das demandas impelidas pela crescente complexidade dos processos sociais desvelados na expressão espacial da totalidade social.

Por conseguinte, compreendemos que a tarefa posta possibilita à presente proposta de pesquisa uma singela contribuição para novas e diversas leituras das questões espaciais da sociedade, para a investigação e problematização da realidade social mediada por categorias espaciais, para a relevância das contribuições do conhecimento produzido na geografia, para a indagação do quão oportuno pode ser o diálogo entre geografia e filosofia fundamentado na ontologia.

A partir do movimento construído, é necessário explicitar as pretensões da proposta e esclarecer os seus limites. Fundamentalmente pretendemos estabelecer a construção de um esforço reflexivo pautado na relação entre a produção social do espaço e a ontologia do ser social.

O esforço proposto se insere no desvelar das mediações necessárias e categorias analíticas que fundamentam o uso das referências “externas” ao conhecimento científico para potencializar as reflexões por meio do objeto da geografia, enquanto aproximação e contribuição da geografia para a problematização e análise dos processos sociais contemporâneos.

Sob direcionamento das perguntas de partida, pretendemos conduzir um movimento reflexivo consistente de apropriação da ontologia lukacsiana para elaborar argumentação coerente que permita construir e articular elementos de conclusão de natureza teórica. Estimamos que esses elementos podem, por seu turno, permitir a reprodução ideal do movimento real do objeto, a categoria espaço enquanto forma de ser da realidade social, centrando nossos esforços na investigação da gênese da esfera de ser do ser social e no processo de desenvolvimento e complexificação do ser social, a relação entre o espaço e a reprodução material da história social.

Nesta direção, nosso problema de pesquisa pode ser sintetizado na construção da questão que objetiva apreender: em que termos a gênese e o desenvolvimento e complexificação da sociedade se encontra pejada de constrangimentos e mediações do espaço socialmente produzido, sendo a categoria espaço, por conseguinte, expressão e forma de ser da totalidade social?

Esse será o fundamento da prospectiva de uma teorização acerca da categoria espaço que, por seu turno, implica indagar nos diferentes momentos históricos que expressam o desenvolvimento e complexificação do ser social, as relações nas quais o espaço é partícipe das continuidades e discontinuidades da totalidade social, e como essas expressam uma dinamicidade, um movimento, que permanece efetivamente existente no decorrer das mudanças, e no qual reside a essência da categoria espaço como forma de ser e determinações da existência do ser social.

A proposta de apreensão do movimento e dinamicidade da categoria espaço, dessa forma, impele ao processo de investigação a necessidade da integração do espaço no movimento de complexificação da totalidade social, impele a necessidade de interrogar a categoria a partir das determinações do desenvolvimento histórico do ser social.

Neste sentido, é preciso considerar que as (in)constantes mudanças (transformações) nos objetos espaciais redefinem a dinâmica das relações sociais — e que, de igual modo, os objetos são (in)constantemente redefinidos por essas — e implicam, portanto, que as concepções teóricas que

objetivem apreendê-las não se privem da necessidade permanente de revisão para atender e aferir adequadamente a crescente demanda determinada pelo/no movimento de intensificação da complexidade da realidade.

Referências bibliográficas

- BITETI, M. de O. **Uma reflexão sobre o tema da ontologia na geografia**. 2007. 174 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.
- BLANC, M. de F. **Introdução à ontologia**. Lisboa: Instituto Piaget, 1998.
- _____. **Estudos sobre o ser**. Vol. 1. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1998.
- _____. **Estudos sobre o ser**. Vol. 2. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.
- CALÇAVARA, R. A. **O sentido da ontologia do espaço para a dissolução da dicotomia Geografia Física – Geografia Humana: estudo de caso sobre a geografia crítica brasileira a partir do pensamento de Martin Heidegger**. 2013. 154 f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2013.
- FORTES, R. V. **Trabalho e gênese do ser social na "Ontologia" de George Lukács**. 2001. 198 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Programa de Pós-Graduação em Filosofia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2001.
- _____. Lukács e la determinazione dellas volta metodologia di Marx. **Quaderni Materialisti**, Milão, número 9, 2010, p. 87-101.
- _____. György Lukács e a inflexão da ontologia. Ser, objetividade e história no pensamento de Karl Marx. **Verinotio**, n. 13, ano VII, 2011.
- HEIDEGGER, Martin. **Introdução à metafísica**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1969.
- _____. **Ser e tempo**. Parte 1. 12ª ed. Petrópolis: Vozes, 2002a.
- _____. **Ser e tempo**. Parte 2. 10ª ed. Petrópolis: Vozes, 2002b.
- LUKÁCS, G. **Per l'ontologiadell'esser sociale**. Roma: Riuntini, 1976-1981.
- _____. As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem. **Temas de ciências humanas**, São Paulo, v. 4, 1978.
- _____. **Ontologia do ser social: os princípios ontológicos fundamentais de Marx**. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.
- _____. **Pensamento vivido: autobiografia em diálogo: entrevista a István Eörsi e Erzsébet Vezér**. São Paulo: EDUFV, 1999.
- _____. **Prolegômenos para uma ontologia do ser social**. São Paulo: Boitempo, 2010.
- _____. **Para uma ontologia do ser social I**. São Paulo: Boitempo, 2012.
- _____. **Para uma ontologia do ser social II**. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MARTINS, É. R. Geografia e ontologia. **GEOUSP – Espaço e tempo**, São Paulo, n. 21, 2007.
- _____. As dimensões do geográfico: um diálogo com Armando Corrêa da Silva. **GEOUSP – Espaço e tempo**, São Paulo, v. 18, n. 1, 2014.
- MARX, K. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2004.
- _____. **Crítica da filosofia do direito de Hegel**. São Paulo: Boitempo, 2005.
- _____. **Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858**. São Paulo: Boitempo, 2011.
- _____. **O Capital**. 30ª ed. Livro I, Vol. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.
- MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- MOREIRA, Ruy. Assim se passaram dez anos (A renovação da geografia no Brasil no período 1978-1988). **Geographia**, Niterói, ano 2, n. 3, 2000.
- _____. Marxismo e geografia (A geograficidade e o diálogo das ontologias). **Geographia**, Niterói, ano 6, n. 11, 2004.
- _____. **Pensar e ser em geografia**. São Paulo: Contexto, 2011.
- OLDRINI, G. Em busca das raízes da ontologia (marxista) de Lukács. In: PINASSI, M. O.; LESSA, S. **Lukács e a atualidade do marxismo**. São Paulo: Boitempo, 2002.

- OLIVEIRA, A. U. de. Espaço e tempo: compreensão materialista e dialética. In: SANTOS, M. (org.). **Novos rumos da geografia brasileira**. São Paulo: HUCITEC, 1982.
- PAULO NETTO, J. **Lukács e a crítica da filosofia burguesa**. Lisboa: Seara Nova, 1978.
- _____. **Georg Lukács: o guerreiro sem repouso**. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- _____. Razão, ontologia e práxis. **Serviço Social e Sociedade**, ano XV, n. 44, 1994.
- REIS, L. C. T. dos. Ontologia do espaço e movimento de renovação crítica da geografia: o desafio da diferença ontológica. **Geografares**, Vitória, n. 7, 2009.
- _____. A dimensão ontológica do movimento de renovação crítica na geografia. Encontro Nacional de História do Pensamento Geográfico, 3., **Anais**, Rio de Janeiro, 2012a.
- _____. Ontologia e produção do espaço na geografia – uma abordagem do tema através do diálogo entre Milton Santos e Heidegger sobre a técnica. **Geografares**, Vitória, n. 13, 2012b.
- SANTOS, M. **Por uma geografia nova**. São Paulo: Hucitec, 1978.
- _____. **A natureza do espaço**. São Paulo: Hucitec, 1996a.
- _____. Por uma geografia cidadã: por uma epistemologia da existência. **Boletim Gaúcho de Geografia**, Porto Alegre, n. 21, 1996b.
- SARTORI, V. B. O segundo Heidegger e Lukács: alienação, história e práxis. **Verinotio**, n. 11, ano VI, 2010.
- _____. **Ontologia, técnica e alienação: para uma crítica ao direito**. 2013. 495 f. Tese (Doutorado em Direito) – Programa de Pós-Graduação em Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.
- SILVA, A. C. da. O espaço como ser: uma auto-avaliação crítica. In: MOREIRA, R. (org.). **Geografia: teoria e crítica**. Petrópolis: Vozes, 1982.
- _____. As categorias como fundamentos do conhecimento geográfico. In: REYNAUD, A. et al. **O espaço interdisciplinar**. São Paulo: Nobel, 1986a.
- _____. **De quem é o pedaço?** São Paulo: Hucitec, 1986b.
- _____. **O espaço fora do lugar**. São Paulo: Hucitec, 1988.
- _____. A aparência, o ser e a forma (Geografia e Método). **Geographia**, Niterói, ano 2, n. 3, 2000.
- TERTULIAN, N. Uma apresentação à *Ontologia do ser social*, de Lukács. **Crítica Marxista**, Campinas, n. 3, 1996.
- _____. O pensamento do último Lukács. **Outubro**, n. 16, 2007.
- _____. **Georg Lukács: etapas de seu pensamento estético**. São Paulo: EDUNESP, 2008.
- _____. Sobre o método ontológico-genético em Filosofia. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 27, n. 2, jul./dez., 2009.
- _____. L'ontologia in Heidegger e in Lukács: fenomenologia e dialetica. **Quaderni Materialisti**, Milão, número 9, 2010, p. 11-22.
- _____. Hartmann e Lukács: uma aliança fecunda (Parte II). **Crítica Marxista**, n. 33, 2011a.
- _____. Nicolai Hartmann e Georg Lukács: uma aliança fecunda (Parte I). **Crítica Marxista**, n. 32, 2011b.
- VAISMAN, E. A usina onto-societária do pensamento. **Verinotio**, n. 4, ano 2, 2006.
- _____. A obra tardia de Lukács e os revezes de seu itinerário intelectual. **Trans/Form/Ação**, São Paulo, v. 30, n. 2, 2007a.
- _____. As relações entre indivíduo e gênero: reflexões sobre os Prolegômenos para uma ontologia do ser social de G. Lukács. **Novos Rumos**, ano 22, n. 48, 2007a.
- _____. A ideologia e sua determinação ontológica. **Verinotio**, n. 12, ano 6, 2010a.
- _____. György Lukács e il recupero del fondamento ontologico del marxismo. **Quaderni Materialisti**, Milão, número 9, 2010b, p. 35-52.